

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/11753	17443/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Regulamento teleassistência		
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Regulamento de Acesso ao Serviço de Teleassistência do Município de Braga

CONSIDERANDO QUE:

- O Regulamento Programa «Braga +65», foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 17 de novembro de 2017 (Edital N.º ED/451/2017) e devidamente publicado na 2ª Série do Diário da República, de 28 de dezembro de 2017 (Regulamento n.º 641/2017) – Cfr. Anexos 1 e 2;
- O Regulamento Programa «Braga +65» foi aprovado num contexto político e social distinto do atual, tendo sido concebido para dar resposta a necessidades específicas à época para um determinado público-alvo;
- As políticas e as respostas públicas necessitam de evoluir, acompanhando a transformação das dinâmicas municipais, nacionais e internacionais;
- No tempo decorrido, o Município de Braga atualizou o Plano de Desenvolvimento Social “Braga 2030”; formulou e apresentou um Plano Municipal para a Longevidade e respondeu afirmativamente a vários avisos-convite para financiamentos específicos, no âmbito do Projeto-Piloto Radar Social (PRR | Plano de Recuperação e Resiliência); no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social | CLDS 5G (FSE+ | Pessoas 2030); e no contexto dos Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis | PAIIA (Norte 2030);
- O Município de Braga, no âmbito das suas atribuições e competências, tem responsabilidades no acompanhamento de pessoas em especial condição de vulnerabilidade, nomeadamente através a articulação com entidades que integram a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, Apartamentos de Transição para Vítimas de Violência Doméstica, Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social e entidades que integram o Fórum Concelhio para Igualdade de Género, Prevenção e Combate à Violência Doméstica;



6. Diversas disposições constantes do citado Regulamento deixaram de ter correspondência com a dinâmica social atual, sendo difícil de refletir as orientações estratégicas que antes os enquadravam, implicando o risco de contradições interpretação e operacionalização, contribuindo, por isso, para a sua perda de pertinência e utilidade;

7. Todas as dinâmicas antes elencadas contribuíram para tornar o referido Regulamento progressivamente desadequado à realidade contemporânea e aos objetivos estratégicos atuais do Município de Braga;

8. Se torna necessário evitar regulamentos obsoletos, sobretudo numa fase em que avançamos com um projeto-piloto como o supracitado PAIIA (Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis | Braga – Cuidar de Todos), que nos permitirá avaliar no terreno, com a ação de equipas multidisciplinares e dos nossos parceiros, a possibilidade de redesenhar com clareza, adequação e transparência as normas de acesso a serviços como o da Teleassistência a pessoas que se encontram isoladas e com pouco apoio ou nenhum das suas famílias e/ou instituições, atuando em dimensões como a inclusão social, por via de ações em múltiplas áreas da cultura, o envelhecimento ativo das pessoas idosas e o incentivo à atividade física enquanto fator indutor de saúde e de inclusão social ativa.

CONSIDERANDO, AINDA QUE:

9. A visão estratégica do Plano de Desenvolvimento Social de Braga preconiza uma Braga mais ativa, mais criativa, mais inclusiva e mais inovadora, alinhando com referenciais nacionais e internacionais, encimados pelo Pilar Europeu dos Direitos Sociais;

10. Se torna necessário atualizar o perfil de pessoas utilizadoras do Serviço de Teleassistência, considerando não apenas as pessoas mais velhas, mas também as pessoas adultas com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% (de acordo com Atestado Médico de Incapacidade Multiuso) e/ou Vítimas de violência doméstica, as quais poderão beneficiar do serviço de forma a aumentar o seu bem-estar e a sua segurança;

11. É igualmente necessária uma atualização do cálculo do Rendimento per Capita nas condições de acesso ao serviço;

12. Por último, relativamente à ponderação dos custos e benefícios do presente Regulamento, nos termos do artigo 99.º do CPA, é de realçar a necessidade de criar respostas que apoiem os cidadãos mais desfavorecidos e vulneráveis ou aqueles que se encontram a atravessar um período de maiores dificuldades, exigindo aos serviços públicos que intervêm na área social, no uso das suas competências e na assunção das suas responsabilidades, a adoção de medidas que permitam, de uma forma justa e ponderada, contribuir para a satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares sem recursos para fazer face às mesmas.

ASSIM,

I. Está, pelos aduzidos motivos, fundamentada a necessidade de elaboração de um Regulamento de Acesso ao Serviço de Teleassistência do Município de Braga;

II. O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, e na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, todos do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;



III. O Município detém atribuições na área da Saúde e da Ação social, nos termos das alíneas g) e h) do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

IV. Não obstante não haver necessidade de nesta fase do procedimento se fazer acompanhar do respetivo Projeto de regulamento, uma vez que o mesmo já se encontra em elaboração, junta-se o mesmo, em anexo, para efeitos de conhecimento e constituição dos demais interessados, evitando-se, assim, qualquer preterição no decurso desta formalidade essencial do procedimento;

V. Não obstante a disponibilização do projeto de regulamento, tal circunstância não prejudica, limita ou condiciona, de forma alguma, o exercício do direito de participação procedimental por parte dos interessados, os quais mantêm plena faculdade de se constituírem como tal e de apresentar, em tempo útil, os seus contributos, observações ou sugestões.

VI. A divulgação antecipada do referido projeto visa, antes, reforçar os princípios da transparência, da participação e da colaboração administrativa, consagrados no ordenamento jurídico, permitindo um conhecimento mais aprofundado da matéria em causa e promovendo uma intervenção mais esclarecida e qualificada dos interessados no âmbito do procedimento, sem que daí resulte qualquer restrição das garantias legalmente previstas.

FACE AO EXPOSTO, PROPÕE-SE QUE:

A) O Executivo Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, e da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do referido Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a revogação do Regulamento Programa «Braga +65»; e

B) O Executivo Municipal delibere aprovar o início do presente procedimento de elaboração regulamentar, que deverá, posteriormente, ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 98.º do CPA.

Anexos:

1. Deliberação da Assembleia Municipal de 17/11/20217;
2. Diário da República, 2.ª série - N.º 248 - 28 de dezembro de 2017 - Regulamento n.º 641 /2017;
3. Projeto de Regulamento de Acesso ao Serviço de Teleassistência do Município de Braga.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Regulamento de Acesso ao Serviço de Teleassistência do Município de Braga

Preâmbulo

De acordo com os Censos de 2021, 18,9% da população do concelho de Braga tinha 65 ou mais anos. Em 2021, o Índice de Longevidade do nosso concelho era de 44%, inferior à média nacional que se situava em 48,7%. Este valor indica que a população idosa de Braga era proporcionalmente menos envelhecida em comparação com o panorama nacional. Contudo, a variação da população com 65 ou mais anos entre 2011 e 2021 no concelho de Braga foi +47,20%, revelando que a população com 65 e mais anos cresceu nos últimos dez anos. Paralelamente, os Censos 2021 mostraram que 7,94% dos agregados domésticos privados no concelho correspondiam a pessoas com 65 ou mais anos que viviam sozinhas, sublinhando a relevância de desenvolver políticas de apoio direcionadas a este grupo populacional.

O Município de Braga, no âmbito das suas atribuições e competências, tem responsabilidades no acompanhamento de pessoas em especial condição de vulnerabilidade, nomeadamente através a articulação com entidades que integram a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, Apartamentos de Transição para Vítimas de Violência Doméstica, Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social e entidades que integram o Fórum Concelhio para Igualdade de Género, Prevenção e Combate à Violência Doméstica.

Na senda das preocupações do Município de Braga está a capacidade de se continuar a viver em casa e na comunidade ao longo do tempo, habitualmente designada por *ageing in place*, conceito cuja aplicação permite obter vantagens no contexto da inclusão social, das recompensas emocionais e das redes de sociabilidade e participação comunitária. Para tal, são necessárias medidas que potenciem a segurança e a vida independente das pessoas.

Consciente de que viver mais também pode significar maior exposição a riscos, como a vulnerabilidade do estado de saúde, o isolamento social e a solidão, o Município de Braga disponibiliza um Serviço de Teleassistência.

Considera-se que este Serviço é um instrumento que permite assegurar a permanência em segurança, no conforto de casa, garantindo o apoio técnico adequado, proporcionando uma melhoria significativa da qualidade de vida das pessoas utilizadoras e respetivos familiares.

Trata-se de um serviço telefónico de apoio permanente, concebido para dar uma resposta personalizada e imediata em qualquer situação de urgência/emergência, insegurança ou solidão, sendo disponibilizado de forma gratuita, às pessoas interessadas, com idade igual ou superior a 65 anos ou com grau de incapacidade igual ou superior a 60% e com menores recursos económicos.



No que concerne à ponderação dos custos e benefícios do presente Regulamento, nos termos do artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, é de realçar a necessidade de criar respostas que apoiem os cidadãos mais desfavorecidos e vulneráveis ou aqueles que se encontram a atravessar um período de maiores dificuldades, exigindo aos serviços públicos que intervêm na área social, no uso das suas competências e na assunção das suas responsabilidades, a adoção de medidas que permitam, de uma forma justa e ponderada, contribuir para a satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares sem recursos para fazer face às mesmas.

O Serviço de Teleassistência apresenta-se como uma iniciativa local de apoio social, um instrumento de política pública do Município de Braga que visa melhorar a qualidade de vida e segurança das pessoas utilizadoras, ao prestar auxílio, sempre que estas solicitem apoio, tanto em situação de emergência de saúde, bem como em contexto da insegurança ou da solidão, no exercício das atribuições que legalmente lhe estão conferidas, com especial relevância para as áreas referidas nas alíneas g) e h), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no uso das competências expressamente referidas nas alíneas k) do n.º 1, do artigo 33.º, do mesmo diploma legal.

Em cumprimento do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, foi publicitado, no sítio do Município de Braga, na Internet, o início do procedimento administrativo relativo ao presente projeto de Regulamento, para constituição dos interessados que entendessem apresentar os seus contributos.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelos artigos 112.º e 241.º, da Constituição da República Portuguesa, e das competências previstas nas alíneas g) e h), do n.º 2, do artigo 23.º, na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, nas alíneas k) do n.º 1, do artigo 33.º, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi o presente aprovado pela Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente, em reunião de XX/XX/2026, e pela Assembleia Municipal, na sua sessão de XX/XX/2026.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento que estabelece as condições de acesso ao Serviço de Teleassistência do Município de Braga”, doravante designado por Serviço de Teleassistência, é elaborado ao abrigo do disposto no n.º 7, do artigo 112.º e 241.º, da Constituição da República Portuguesa, conjugado com o Código do Procedimento Administrativo, bem como, com o disposto nas alíneas g) e h), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de



setembro, na sua redação atual, e no uso das competências expressamente referidas nas alíneas k) do n.º 1, do artigo 33.º, do mesmo diploma legal.

Artigo 2.º

Objeto e âmbito de aplicação

- 1 – O presente conjunto de normas estabelece as condições de acesso ao Serviço de Teleassistência do Município de Braga.
- 2 – O Serviço de Teleassistência é um serviço telefónico de apoio, que visa melhorar a qualidade de vida e segurança das pessoas utilizadoras, ao prestar auxílio, sempre que estas solicitem apoio, tanto em situação de emergência de saúde, como também no contexto da insegurança ou da solidão.
- 3 – A Teleassistência abrange um conjunto de serviços que é suportado por equipamentos disponibilizados às pessoas utilizadoras, de forma a assegurar um rápido auxílio, sempre que solicitado.
- 4 – O Serviço pode funcionar, se solicitado pelas autoridades judiciais e/ou de segurança responsáveis pelos respetivos casos, de forma complementar e supletiva aos legalmente definidos para vítimas de violência doméstica, desde que coordenado pelas autoridades judiciais e/ou de segurança responsáveis.
- 5 - Podem ainda ser referenciadas pessoas pelas entidades que integram a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do disposto no presente conjunto de normas, considera-se:

- a) **Agregado familiar:** Para além da pessoa que requer, integram o respetivo agregado familiar as seguintes pessoas que vivam em economia comum: cônjuge ou pessoa em união de facto há mais de dois anos; parentes e afins maiores, em linha reta e em linha colateral, até ao 3º grau; parentes e afins menores em linha reta e em linha colateral; adotantes, tutores/acompanhantes e pessoas a quem a pessoa que requer esteja confiada por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito; adotados e tutelados/acompanhados pela pessoa que requer ou qualquer dos elementos do agregado familiar e crianças e jovens confiadas/os por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes;
- b) **Despesas fixas:** soma das despesas com habitação (*valor da renda ou amortização bancária, água/saneamento/resíduos sólidos urbanos, gás, eletricidade*), saúde (*em caso de doença crónica devidamente comprovada*) e mensalidade de Centro de Dia e/ou Serviço de Apoio Domiciliário prestado por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);



- c) **Economia comum:** Consideram-se em economia comum as pessoas que vivam em comunhão de mesa e habitação e tenham estabelecido entre si uma vivência comum de entreajuda e partilha de recursos;
- d) **Rendimento bruto:** o valor dos rendimentos ilíquidos do agregado familiar ou pessoa isolada, ao qual ainda não foram feitas deduções e contribuições para IRS e Segurança Social;
- e) **Rendimento per capita:** valor após o apuramento da diferença entre rendimento bruto e as despesas fixas a dividir pelo número de elementos do agregado familiar.

Artigo 4.º

Objetivos

O Serviço de Teleassistência visa:

- a) Contribuir para a manutenção da autonomia e vida independente;
- b) Evitar ou retardar a necessidade de recurso à institucionalização das pessoas em situação de isolamento ou dependência;
- c) Proporcionar uma resposta imediata em situações de emergência, bem como o apoio na insegurança ou solidão.

Artigo 5.º

Funcionamento geral do serviço

1 – O Serviço de Teleassistência funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano, com recurso equipamentos fixos ou móveis, através dos quais a pessoa utilizadora pode, pressionando um dispositivo de emergência, contactar com a Central de Atendimento, que faz a avaliação imediata da situação detetada e promove a resposta mais adequada.

2 - Os equipamentos são instalados e monitorizados pela entidade operadora, sendo substituídos em caso de avaria, descontinuidade ou *upgrade*.

3 – O Serviço de Teleassistência é executado por entidade externa, com comprovada e reconhecida capacidade operacional, a qual está obrigada à confidencialidade da informação e proteção dos dados pessoais, bem como a operar, de forma contínua, com Recursos Humanos com formação na área social, área da saúde, socorrismo, emergência e contacto direto com dependentes e, preferencialmente, experiência com vítimas de violência doméstica, procurando diminuir riscos de revitimização, executando as intervenções junto do público-alvo, prestando atendimento social em situações regulares e de emergência, avaliando necessidades imediatas, encaminhando para os recursos adequados e proporcionando apoio psicossocial às pessoas em situação de vulnerabilidade.

4 – O Serviço de Teleassistência abrange um conjunto de serviços de auxílio, designadamente:

- a) Atendimento e acompanhamento de situações de emergência;
- b) Solicitação de serviço de ambulâncias, bombeiros e polícia;



- c) Contacto com familiares ou terceiros;
- d) Contactos de proximidade.

Artigo 6.º

Critérios de admissão

Podem beneficiar do Serviço de Teleassistência, de forma gratuita, as pessoas que reúnam, cumulativamente, os seguintes critérios:

- a) Possuam idade igual ou superior a 65 anos ou superior a 55 anos desde que detenham um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, comprovado por Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM) e/ou Vítimas de violência doméstica;
- b) Residam há mais de um ano no Concelho de Braga, com exceção de pessoas vítimas de violência doméstica;
- c) Vivam em situação de isolamento permanente ou temporário (*permanecer sozinho/a ininterruptamente por um período diário de 6 ou mais horas*);
- d) Tenham um rendimento mensal *per capita* de valor igual ou inferior ao valor do Indexante dos Apoios Sociais – IAS (*criado pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro e atualizado anualmente*) em vigor, tendo por base a fórmula de cálculo prevista no artigo 7.º.

Artigo 7.º

Cálculo

Para o cálculo do rendimento *per capita* deve ser utilizada a seguinte fórmula:

$$RPC = \frac{RB - DF}{N.º AF}$$

DF – Despesas fixas mensais

N.º AF – Número de elementos do Agregado Familiar à data da instrução do processo

RB – Rendimento Bruto do Agregado Familiar

RPC – Rendimento mensal *per capita*

CAPÍTULO II

Procedimento de atribuição

Artigo 8.º

Processo de atribuição

1 – As candidaturas ao Serviço de Teleassistência podem ser efetuadas em qualquer momento, encontrando-se sujeitas à disponibilidade de equipamento e são deferidas por ordem de entrada da respetiva candidatura, devidamente instruída.



2 – Quando as candidaturas elegíveis forem superiores ao número de equipamentos disponíveis, é constituída uma lista de espera que é ordenada de acordo com os critérios de hierarquização e priorização nos termos da tabela que constitui o Anexo I.

Artigo 9.º

Periodicidade

1 – O Serviço de Teleassistência é atribuído pelo período de um ano, automaticamente renovável, caso se mantenham os pressupostos que presidiram à sua atribuição.

2 – A renovação automática é feita a título oficioso pelos Serviços competentes da Câmara Municipal de Braga, que, para o efeito, podem fazer verificações periódicas, incluindo domiciliárias, sempre que tais circunstâncias se justifiquem.

Artigo 10.º

Intransmissibilidade

O Serviço de Teleassistência disponibilizado nos termos do presente conjunto de normas, bem como os equipamentos afetos ao serviço são intransmissíveis.

Artigo 11.º

Processo de candidatura

1 – O pedido realiza-se através da apresentação de requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Braga, devidamente instruído, pelas seguintes formas:

- a) Atendimento presencial – Balcão Único;
- b) Balcão Eletrónico de Braga.

2 – O pedido efetuado, através da apresentação de requerimento, deve ser instruído com a apresentação dos seguintes documentos, referentes a todos os elementos do Agregado Familiar:

- a) Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade, Número de Contribuinte e Número de Utente do SNS;
- b) Título de Residência (quando aplicável);
- c) Atestado de Residência, emitido pela Junta de Freguesia, que comprove a residência há mais de 1 ano no Concelho de Braga;
- d) Comprovativo do Modelo 3 do IRS, e/ou, caso não tenha efetuado a declaração de IRS, certidão comprovativa da dispensa de apresentação do IRS;
- e) Comprovativos de rendimentos (*exemplo: declaração de pensão, recibo de vencimento*) e despesas, de acordo com o disposto na alínea b) do art.º 3.º;
- f) Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM), caso se aplique.

3 – Sempre que se demonstre necessário, os Serviços Municipais competentes podem solicitar esclarecimentos adicionais, bem como a apresentação de outros documentos, com o objetivo exclusivo de verificar e comprovar o preenchimento dos requisitos de acesso e de utilização do Serviço de Teleassistência.



- 4 – Em caso de dúvida sobre os dados fornecidos pelas pessoas candidatas, nomeadamente, sobre a veracidade das declarações de rendimentos e despesas, poderão os mesmos ser objeto de confirmação através de realização de visita domiciliária e/ou recolha de informação complementar considerada adequada ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.
- 5 – No caso de instrução incompleta, é enviada convocatória para entrega da documentação em falta definindo um prazo para o efeito.
- 6 – Mantendo-se inalterada a situação prevista no número anterior, bem como nas situações de não enquadramento nas condições gerais de atribuição, há lugar a indeferimento.
- 7 – A prestação de falsas declarações, detetadas aquando da análise dos elementos apresentados, implica o indeferimento liminar da candidatura.
- 8 – A apresentação da candidatura, por si só, não confere o direito à atribuição do Serviço de Teleassistência, que se encontra condicionada à disponibilidade dos equipamentos.

Artigo 12.º

Obrigações das pessoas utilizadoras

- 1 – Constituem obrigações das pessoas utilizadoras do Serviço de Teleassistência, designadamente:
- a) Cumprir as determinações técnicas de funcionamento e de utilização da entidade prestadora do serviço;
 - b) Comunicar aos serviços competentes do Município de Braga, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da respetiva ocorrência, as situações que impliquem uma alteração às condições de atribuição ou à execução do serviço, designadamente, alteração de morada, alteração da constituição do agregado familiar ou da respetiva situação económica e/ou social;
 - c) Zelar pelo equipamento atribuído;
 - d) Informar o Serviço de Teleassistência sempre que ocorram anomalias no funcionamento do equipamento ou no próprio serviço;
 - e) Devolver o equipamento de Teleassistência aos serviços competentes do Município de Braga, caso deixe de necessitar da sua utilização, responsabilidade que transita para os herdeiros ou representantes em caso de morte da pessoa.
 - f) No caso de perda ou dano do equipamento por culpa da pessoa utilizadora, há lugar ao pagamento do custo do equipamento danificado/perdido;
 - g) Permitir a entrada no domicílio, mediante o aviso prévio de 24 horas, de pessoas devidamente credenciadas representantes do Município de Braga, assim como da entidade prestadora do Serviço de Teleassistência HJ.

Artigo 13.º

Cessação da atribuição do Serviço de Teleassistência



1 – A atribuição do Serviço de Teleassistência cessa nas seguintes situações:

- a) Por exposição escrita da pessoa utilizadora ou seu representante;
- b) Alteração das circunstâncias que determinaram a disponibilização do equipamento;
- c) Verificação de incapacidade definitiva da pessoa utilizadora para acionar o equipamento;
- d) Morte da pessoa utilizadora;
- e) Incumprimento, por parte da pessoa utilizadora, do estabelecido no presente conjunto de normas;
- f) Prestação de falsas declarações pela pessoa utilizadora ou elementos do seu agregado familiar, detetadas após a atribuição do equipamento.

2 - Determinada a cessação definitiva do serviço, a pessoa utilizadora, está obrigada a restituir o equipamento em boas condições de reutilização, no prazo máximo de 5 dias úteis.

CATÍTULO III

Disposições finais

Artigo 14.º

Dados pessoais

1 - No ato de submissão da candidatura, o/a requerente deve declarar que autoriza expressamente a sua utilização para os fins contidos no presente Regulamento.

2 - A recolha e o tratamento dos dados pessoais são apenas os estritamente necessários para a tramitação do presente Serviço de Teleassistência, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.

3 - Todos os dados pessoais ao abrigo deste Regulamento destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados pelo Município de Braga na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.

4 - Na aplicação do presente Regulamento são objeto de tratamento dados pessoais como o nome, número de identificação fiscal, morada, endereço eletrónico, contacto telefónico, e outros que se mostrarem necessários para efeitos de aferição da legitimidade, a localização, freguesia, e outros documentos instrutórios específicos necessários para efeitos de análise e decisão do procedimento.

5 - Cada uma destas categorias de dados pessoais é objeto de tratamento adequado, pertinente e estritamente necessário a prossecução da finalidade indicada, garantindo que os dados inexatos serão apagados ou retificados sem demora.

6 - O Município de Braga aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento de dados, como no momento próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas que possam



assegurar os adequados níveis de segurança e de proteção dados pessoais dos titulares, nos termos dos artigos 25.º e 32.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

7 - A obrigação prevista no número anterior, aplica-se à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, ao seu prazo de conservação e à sua acessibilidade, assegurando que os dados pessoais não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas singulares.

8 - Os dados pessoais, por regra, são conservados apenas pelo período de tempo necessário e no âmbito das finalidades para as quais são recolhidos.

9 - Os titulares dos dados pessoais têm direito a aceder à informação sobre o(s) tratamento(s) dos seus dados, a retificá-la se não estiver correta, ou até apagá-la. Além destes direitos designados e protegidos no RGPD como Direito de Informação, Direito de Acesso, Direito de Retificação e Direito de Apagamento, os requerentes têm ainda Direito à Limitação de Finalidades, à Minimização dos Dados a Portabilidade e a Não Sujeição a Decisões Individuais Automatizadas, os quais podem ser exercidos no respeito pelos normativos aplicáveis junto do Responsável pelo Tratamento, ou então objeto de exposição ao Encarregado de Proteção de Dados ou reclamação à Autoridade Nacional de Controlo (concretamente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados), bem como eventuais violações podem ser fundamento de pedido de indemnização junto das instâncias jurisdicionais competentes.

Artigo 15.º

Alterações ao conjunto de normas

O presente conjunto de normas de acesso ao Serviço de Teleassistência pode ser alterado a todo o tempo pela Câmara Municipal de Braga.

Artigo 16.º

Legislação subsidiária

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente conjunto de normas, aplica-se subsidiariamente o Código do Procedimento Administrativo, quando aplicável, bem como a demais legislação em vigor sobre a matéria que constitui o seu objeto.

Artigo 17.º

Casos omissos

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente conjunto de normas, que não possam ser resolvidos pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão submetidos para decisão do Presidente da Câmara Municipal de Braga, podendo esta competência ser alvo de delegação na Vereação do respetivo Pelouro.

Artigo 18.º



Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

ANEXOS

ANEXO I – Matriz de critérios de hierarquização e priorização da lista de espera

Variáveis	Categoria	Pontos	Descrição/Justificação
Vítima de Violência Doméstica (devidamente comprovada – Estatuto de Vítima)	Sim	5	Prioridade máxima devida ao risco e vulnerabilidade
	Não	0	
Situação encaminhada por um dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social	Sim	4	Acompanhamento e situação de vulnerabilidade social
	Não	0	
Incapacidade \geq 80%	Sim	3	Incapacidade elevada
	Não	0	
Pessoa isolada	Sim	2	Risco acrescido de isolamento e solidão
	Não	0	
Rendimentos < 50% IAS	Sim	1	Maior precariedade económica
	Não	0	



EDITAL N.º ED/451/2017

DR. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, Presidente da Câmara Municipal de Braga:

FAZ SABER QUE, em sessão da Assembleia Municipal de 17 de novembro de 2017, foi aprovado por unanimidade o Regulamento Programa "Braga+65" (artº 33º, nº1, k) e artº 25º, nº 1 g) da lei nº 75/2013, de 12 de setembro), que se anexa.

Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e no portal do Município www.cm-braga.pt.

Braga e Paços do Município, 28-11-2017

O Presidente da Câmara,

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que afixei o presente edital em 2017/11/28- DAC/Liliana Veiga

Meios de divulgação externos: ☐ Diário da República | Jornais: ☐ Locais: ☐ Regionais: ☐ Nacionais: ☐

Outros: ☐ _____



PROGRAMA "BRAGA +65" - REGULAMENTO

Preâmbulo

"Para o ignorante a velhice é o Inverno da Vida; para o sábio, é a época da colheita."

Talmude

As alterações demográficas em Portugal, desde os anos 60/70, demonstram um claro envelhecimento da população. Assistimos a um processo acelerado do aumento da população idosa⁽¹⁾ sendo que uma grande percentagem não desfruta das condições que proporcionam níveis condignos de vida - segurança, apoio e plena integração social.

Mais de 1,2 milhões de idosos em Portugal, vivem sozinhos ou em companhia de outros idosos – dados revelados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) – mostra-nos que a solidão e problemas económicos, são identificados como os principais fatores que atingem esta população. Segundo os resultados dos Censos de 2011, no Concelho de Braga, residiam cerca de 23 894 pessoas com idades iguais ou superiores a 65 anos. Estes valores representam um relevante acréscimo de idosos residentes no concelho na ordem dos 34,5%.

O Município tem vindo a desenvolver, desde 2012, em parceria com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) a avaliação gerontológica multidimensional dos idosos a residir no domicílio, respeitando a distribuição por subgrupo etário e género em cada em freguesia, com vista a reunir evidências para a elaboração do Plano Gerontológico concelhio. Até ao momento foram avaliados 305 idosos pertencentes às freguesias da zona urbana da cidade (União Sé, Cividade, S. João do Souto e Maximinos; S. Lázaro; S. Vicente; S. Vitor) e das freguesias semi-urbanas (União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe; Gondizalves; Mire de Tibães).

A análise dos resultados obtidos permite traçar um perfil gerontológico do idoso do concelho de Braga.

A maioria apresenta capacidade para desempenhar as atividades básicas de vida diária, apresentando já limitações moderadas nas atividades instrumentais, que implicam a relação com o exterior, apresentando dificuldades de mobilidade e em deslocar-se fora de

(1) A Organização Mundial de Saúde classifica gerontologicamente como idosos as pessoas com mais de 65 anos de idade.



casa. Foi identificado défice cognitivo, assim como risco de isolamento social e mal-estar emocional. Trata-se de pessoas na meia-idade (aproximadamente 75 anos), pouco escolarizadas (1 e 4 anos), maioritariamente casadas, que exerceram no passado profissões indiferenciadas.

A grande maioria apresenta capacidade para desempenhar as atividades básicas de vida diária, autocuidados e cuidados domésticos, apresentando já limitações moderadas nas atividades instrumentais.

Foi também identificada a presença de défice cognitivo em aproximadamente 33% dos idosos avaliados, assim como risco de isolamento social e mal-estar emocional.

No âmbito da rede social foram também identificados os seguintes problemas: Vulnerabilidade social; Ausência de Retaguarda; Risco de Isolamento social; Perda de funcionalidade nas atividades com o exterior; Declínio cognitivo, Mal-Estar emocional e a falta de uma resposta integrada e especializada de apoio à Pessoa Idosa.

Estes dados mostram-nos que o avançar da idade pode traduzir-se por algum isolamento social, fator esse que, associado a outros, constituem situações de risco, sendo necessário intervir. É crucial que haja uma sensibilização para as questões da terceira idade incentivando toda a população a uma maior responsabilidade e solidariedade social. A capacitação de qualquer comunidade passa também pelas respostas que no seu seio se conseguem gerar.

Como tal, urge a necessidade de fomentar as relações de vizinhança, outrora perdidas. Neste sentido, pretendemos incitar a solidariedade entre a "Rede de Vizinhança" do Idoso, a fim de lutar contra a constatação real do isolamento desta faixa etária, desenvolvendo para isso diversas iniciativas.

O Município de Braga, através do seu Gabinete de Ação Social (GAS), os Bombeiros Municipais, a Polícia Municipal e os Serviços Municipais de Proteção Civil, estes como parte integrante da orgânica Municipal, dada a sua proximidade com a população, são agentes privilegiados no âmbito de respostas sociais, podendo implementar políticas que promovam o bem-estar dos seus munícipes mais idosos, de forma a minorar os riscos inerentes à idade e, subsequentemente contribuir para uma maior dignidade humana. Assim, no âmbito da filosofia de apoio à comunidade Bracarense e, de forma particular para com a comunidade com mais de 65 anos, promove-se o Projeto: "**Braga +65**".



Âmbito da aplicação

São beneficiários do programa “Braga +65” todas as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos que residam no Concelho de Braga e, que correspondam ao perfil designado pelo projeto.

Perfil

Considera-se que, para poder usufruir deste programa o interessado deverá preencher **cumulativamente** o seguinte perfil:

- **Possuir idade igual ou superior a 65 anos;**
- **Residir no Concelho de Braga;**
- **Residir em situação de isolamento e/ou acompanhados por pessoa fragilizada** - Entende-se pessoa fragilizada a que possua qualquer tipo de incapacidade física, sensorial, intelectual, emocional ou comunicacional, devidamente comprovada por meio de atestado médico ou de outro documento idóneo, como relatório socioeconómico do GAS do Município, que a impeça de realizar livremente na sua habitação ou no acesso a atividades da vida diária,
- **Possuir baixos recursos económicos** - Entende-se pessoa com baixos recursos económicos, aquela que usufrua de um rendimento igual ou inferior à Pensão Social em vigor em cada ano.

Objetivos

O Programa tem como objetivos gerais:

- Ser um referencial na intervenção, combate e prevenção da situação de isolamento e proteção social aos idosos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social;
- Aumentar a segurança do Idoso;
- Promover a rede familiar e social;
- Promover os direitos da pessoas idosas, através da realização de ações de informação e sensibilização à população em geral.



Objetivos Específicos

O Programa tem como objetivos específicos:

- Disponibilizar o acesso a um kit - serviço de teleassistência - para os idosos que vivam sós e/ou isolados, ou em agregados familiares com vulnerabilidades sociais e carência económica (respeitando a priorização);
- Disponibilizar o acesso a uma linha telefónica de apoio aos Municípes que usufruam do Kit;
- Integrar o "Braga + 65" no Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa (GAPI);
- Promover atividades socioeducativas e ações de capacitação, incluindo a Modalidade/Programa: "Boccia Sénior Braga";

Local de Funcionamento

O programa "Braga +65" tem a sua sede nas instalações do Município de Braga, sito na Praça Conde de Agrolongo.

Promotor

É promotor do Programa "Braga +65" o Município de Braga.

Principais Ações

1. Serviço de Teleassistência (Kit):

Este serviço será uma resposta célere no apoio ao Idoso em situação de Emergência;

Será um serviço de atendimento permanente, 24 horas por dia, 365 dias por ano, num sistema de gestão de alarmes, permitindo a comunicação de voz bidirecional entre o utente e o(a) operador(a);

Após a receção das chamadas e a elaboração da triagem será acionado o Serviço mais adequado como resposta de auxílio, nomeadamente:

- Atendimento e acompanhamento de situações de emergência;



- Envio urgente de médicos e enfermeiros;
- Solicitação de serviço de ambulâncias, bombeiros e polícia;
- Contacto com familiares ou terceiros.

2. Composição e Aquisição do Kit de Teleassistência (*Terminal Fixo Simples*):

O sistema de teleassistência fixo está desenhado para poder operar eficazmente numa área de até 200m², assegurando a comunicação com o Utente independentemente da existência de paredes e/ou portas;

O Botão de alarme pode ser utilizado no pulso (tipo relógio) ou como medalhão pendurado ao pescoço.

Uma vez ativado o dispositivo, o mesmo captura de imediato a linha de comunicação interrompendo qualquer comunicação que estivesse em curso e discando automaticamente os números de contacto do Call Center de emergência. Na eventualidade remota de a ligação não ser estabelecida na primeira tentativa, o dispositivo entra em modo de repetição até a sua chamada ser atendida.

- O Kit é constituído por um equipamento de alarme residencial e um medalhão com botão de alarme integrado que está ligado à referida Central recetora de alarmes;
- O pedido para receção do kit de teleassistência para os Municípios que integrem o perfil deste projeto, deverá ser feito inicialmente através de uma ficha de inscrição, solicitada e entregue no Balcão Único deste Município e posteriormente encaminhada para o GAPI.
- Será efetuada uma avaliação socioeconómica e habitacional da pessoa ou do agregado familiar.
- **O KIT será atribuído tendo em conta 3 escalões:**
 - a) Para os municípios que correspondam à totalidade dos critérios de perfil, o KIT será gratuito, sendo também priorizados em relações aos restantes escalões (capacitação do agregado familiar até 500€);
 - b) Para os municípios cujos rendimentos (capacitação do agregado) varie entre os 500€ e os 900€, a entrega dos KIT's será igualmente gratuita, mas não prioritária;
 - c) Para os Municípios que a capacitação do agregado familiar ultrapasse os 900€, não haverá lugar a comparticipação (ficando contudo integrados no grupo de referência do Município).



Obs.: Na priorização, no que toca aos rendimentos, são sempre prioritários os mais baixos e em caso como o de igualdade, conta a data da respectiva adesão primeira.

3. Linha telefónica de Apoio ao Idoso (Voz Amiga – serviço complementar):

- Será uma linha de apoio para qualquer dúvida e/ou necessidade do Idoso designada “Voz Amiga”;
- Serão rececionados por um técnico com formação, selecionado para o efeito;
- O Idoso poderá expor as suas preocupações e necessidades;
- Será realizado um registo por pessoa e enviado para o (Gabinete) Balcão Sénior.

4. Apoios complementares: Apadrinhamentos:

Utilizar a tipologia de “padrinho” ou “madrinha” para todo aquele que individualmente ou Institucionalmente venha a apoiar este projecto.

5. Gabinete de Apoio ao Idoso (GAPI)

Estará a cargo da entidade promotora;

Este será um complemento ao Serviço de Teleassistência e apoiará os Municípes mais idosos na procura de respostas existentes no Município de Braga: Apoio Social, Educativo, entre outros;

Estará sediado nas Instalações do Município e funcionará das 9:00h às 17:00h (horário poderá ser alterado consoante necessidade);

O atendimento poderá ser presencial, via correio eletrónico e/ou telefónico;

Podem ser recebidos neste gabinete todos aqueles que de algum modo estejam ligados a esta população: quer os próprios ou cuidadores, Instituições, entre outros;

Realizar-se-ão ações socioeducativas de ~~la~~ e de capacitação;

Pretende promover/desenvolver várias atividades e ações de informação/formação a todos interessados e também a todos os envolventes em torno do idoso, nomeadamente: cuidadores; auxiliares de instituições, entre outros.

Este gabinete será o pilar de todo o processo de teleassistência e acompanhamento aos idosos do nosso Concelho.



Parcerias

A execução deste programa será garantida por uma ampla estrutura de apoio social, que trabalhando em rede, será constituída pelas seguintes entidades:

- ACES Cávado Braga – Agrupamento de Centros de Saúde do Cávado;
- Bombeiros Sapadores de Braga;
- Bombeiros Voluntários de Braga;
- Bragahabit;
- Centro Distrital de Segurança Social de Braga;
- Comissões sociais de freguesias ou Inter freguesias
- Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Braga);
- GNR – Guarda Nacional Republicana;
- Instituições Particulares Solidariedade Social;
- Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesias;
- Polícia Municipal de Braga;
- PSP – Polícia de Segurança Pública;
- Rede Social de Braga;

Entrada em vigor

O presente programa entra em vigor no dia seguinte ao da deste regulamento e tem a duração de 1 ano, podendo renovar-se automaticamente se não houver procedimento contrário.



Nelson Manuel Paço Oliveira, na categoria de Assistente Operacional (mecânico), cuja remuneração é a correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e nível remuneratório 1 da Tabela Remuneratória Única, atualmente fixado em 557,00€, com início em 01.12.2017;

Maria de Fátima Marques Rodrigues Oliveira e Silva, na categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza), cuja remuneração é a correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e nível remuneratório 1 da Tabela Remuneratória Única, atualmente fixado em 557,00€, com início em 01.12.2017.

30 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *António Augusto Amaral Loureiro e Santos*.

310970919

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Aviso n.º 15599/2017

José Luís Gaspar Jorge, Presidente da Câmara Municipal de Amarante, torna público, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, diploma alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que a Assembleia Municipal de Amarante, através da Deliberação tomada em Sessão Ordinária de 16 de dezembro de 2017, mediante proposta aprovada pela Câmara Municipal de Amarante, na reunião de 04 de dezembro de 2017, deliberou aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Amarante.

Mais se torna público que os interessados poderão consultar os elementos que compõem a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana, nomeadamente a memória descritiva e justificativa, a planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais nas instalações da Câmara Municipal de Amarante e no sítio oficial do Município de Amarante na Internet.

18 de dezembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Luís Gaspar Jorge*.

311003974

MUNICÍPIO DA BATALHA

Despacho n.º 11407/2017

Designação de Secretária para Gabinete de Apoio Pessoal

No uso da faculdade que me é conferida pelo n.º 4 do artigo 43.º, conjugado com o estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, designo para exercer as funções de secretária pessoal no meu gabinete, bem como para dar apoio ao Órgão da Câmara Municipal e respetivo Serviço de Atas, atento o exposto no n.º 2 do artigo 57.º da citada lei, a Exma. Sra. Dra. Helena Maria Paula Vicente.

Para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, por aplicação do n.º 5 do artigo 43.º da citada Lei n.º 75/2013, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos a partir de 17 de outubro de 2017.

Cumpra-se com o disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, dando ao presente despacho a devida publicidade no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Município da Batalha.

17 de outubro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal da Batalha, *Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos*.

Nota Curricular

Helena Maria Paula Vicente, funcionária dos quadros da Município da Batalha desde 1993, detém a categoria profissional de assistente técnica. É licenciada em Direito e Solicitoria, e pós-graduada em Gestão Autárquica e em Direito do Urbanismo e Ambiente.

Enquanto Colaboradora da Autarquia exerceu várias funções, designadamente, no Serviço de Expediente Geral e Recursos Humanos (integrou a equipa do SIADAP, na qualidade de secretária do Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), e realizou funções de controlo do cumprimento de todos os procedimentos legalmente previstos para o SIADAP 1, 2 e 3); no Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Comissões e Notariado (prestou apoio aos órgãos municipais, nomeadamente, na qualidade de secretária da Câmara e Assembleia Municipal, e providenciou a realização dos atos notariais que, nos termos da lei, cabiam ao notário privativo

do Município); Serviço de Execução Fiscal (foi responsável pela instauração e tramitação dos processos de execução fiscal); no Serviço de Auditoria (integrou a equipa de auditorias internas efetuadas no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de Corrupção e Infrações Conexas); no Serviço de Tesouraria (exerceu as funções de Tesoureira em regime de substituição, desde 01/02/2001 a 13/10/2013); no Serviço de Contraordenações (foi nomeada escriturista/instrutora para elaborar e proceder ao tratamento dos processos de contraordenação, até à decisão final).

Exerce desde 15 de outubro de 2013 as funções de Secretária no Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal da Batalha, desempenhando, entre outras, as seguintes funções: presta assessoria técnica aos órgãos municipais, no âmbito do seu funcionamento; colabora na assessoria jurídica na elaboração de normativos reguladores da atividade municipal e outros; analisa e recolhe legislação e jurisprudência com impacto na atividade municipal; organiza e participa na condução dos processos de oferta pública com vista a alienação de imóveis, tendo vindo a ser nomeada como membro efetivo para a Comissão de vários concursos; organiza e conduz os processos tendentes à regularização e registo dos bens imóveis municipais junto das entidades competentes para o efeito; garante a instrução de procedimentos de natureza contraordenacional e integra o Gabinete de Apoio ao Licenciamento Municipal (GAL) em funcionamento na Câmara Municipal da Batalha.

310973527

MUNICÍPIO DE BRAGA

Regulamento n.º 641/2017

Regulamento Programa «Braga +65»

As alterações demográficas em Portugal, desde os anos 60/70, demonstram um claro envelhecimento da população. Assistimos a um processo acelerado do aumento da população idosa (*) sendo que uma grande percentagem não desfruta das condições que proporcionam níveis condignos de vida — segurança, apoio e plena integração social.

Mais de 1,2 milhões de idosos em Portugal, vivem sozinhos ou em companhia de outros idosos — dados revelados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) — mostra-nos que a solidão e problemas económicos, são identificados como os principais fatores que atingem esta população. Segundo os resultados dos Censos de 2011, no Concelho de Braga, residiam cerca de 23 894 pessoas com idades iguais ou superiores a 65 anos. Estes valores representam um relevante acréscimo de idosos residentes no concelho na ordem dos 34,5 %.

O Município tem vindo a desenvolver, desde 2012, em parceria com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) a avaliação gerontológica multidimensional dos idosos a residir no domicílio, respeitando a distribuição por subgrupo etário e género em cada em freguesia, com vista a reunir evidências para a elaboração do Plano Gerontológico concelhio. Até ao momento foram avaliados 305 idosos pertencentes às freguesias da zona urbana da cidade (União Sé, Cidade, S. João do Souto e Maximinos; S. Lázaro; S. Vicente; S. Vitor) e das freguesias semi-urbanas (União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe; Gondizalves; Mire de Tibães).

A análise dos resultados obtidos permite traçar um perfil gerontológico do idoso do concelho de Braga.

A maioria apresenta capacidade para desempenhar as atividades básicas de vida diária, apresentando já limitações moderadas nas atividades instrumentais, que implicam a relação com o exterior, apresentando dificuldades de mobilidade e em deslocar-se fora de casa. Foi identificado défice cognitivo, assim como risco de isolamento social e mal-estar emocional. Trata-se de pessoas na meia-idade (aproximadamente 75 anos), pouco escolarizadas (1 e 4 anos), maioritariamente casadas, que exerceram no passado profissões indiferenciadas.

A grande maioria apresenta capacidade para desempenhar as atividades básicas de vida diária, autocuidados e cuidados domésticos, apresentando já limitações moderadas nas atividades instrumentais.

Foi também identificada a presença de défice cognitivo em aproximadamente 33 % dos idosos avaliados, assim como risco de isolamento social e mal-estar emocional.

No âmbito da rede social foram também identificados os seguintes problemas: Vulnerabilidade social; Ausência de Retaguarda; Risco de Isolamento social; Perda de funcionalidade nas atividades com o exterior; Declínio cognitivo, Mal-Estar emocional e a falta de uma resposta integrada e especializada de apoio à Pessoa Idosa.

Estes dados mostram-nos que o avançar da idade pode traduzir-se por algum isolamento social, fator esse que, associado a outros, constituem situações de risco, sendo necessário intervir. É crucial que haja uma sensibilização para as questões da terceira idade incentivando toda a população a uma maior responsabilidade e solidariedade social. A



pacitação de qualquer comunidade passa também pelas respostas que no seu seio se conseguem gerar.

Como tal, urge a necessidade de fomentar as relações de vizinhança, outrora perdidas. Neste sentido, pretendemos incitar a solidariedade entre a “Rede de Vizinhança” do Idoso, a fim de lutar contra a constatação real do isolamento desta faixa etária, desenvolvendo para isso diversas iniciativas.

O Município de Braga, através do seu Gabinete de Ação Social (GAS), os Bombeiros Municipais, a Polícia Municipal e os Serviços Municipais de Proteção Civil, estes como parte integrante da orgânica Municipal, dada a sua proximidade com a população, são agentes privilegiados no âmbito de respostas sociais, podendo implementar políticas que promovam o bem-estar dos seus munícipes mais idosos, de forma a minorar os riscos inerentes à idade e, subsequentemente contribuir para uma maior dignidade humana. Assim, no âmbito da filosofia de apoio à comunidade Bracarense e, de forma particular para com a comunidade com mais de 65 anos, promove-se o Projeto: “Braga +65”.

Âmbito da aplicação

São beneficiários do programa “Braga +65” todas as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos que residam no Concelho de Braga e, que correspondam ao perfil designado pelo projeto.

Perfil

Considera-se que, para poder usufruir deste programa o interessado deverá preencher cumulativamente o seguinte perfil:

Possuir idade igual ou superior a 65 anos;
Residir no Concelho de Braga;

Residir em situação de isolamento e/ou acompanhados por pessoa fragilizada — Entende-se pessoa fragilizada a que possua qualquer tipo de incapacidade física, sensorial, intelectual, emocional ou comunicacional, devidamente comprovada por meio de atestado médico ou de outro documento idóneo, como relatório socioeconómico do GAS do Município, que a impeça de realizar livremente na sua habitação ou no acesso a atividades da vida diária.

Possuir baixos recursos económicos — Entende-se pessoa com baixos recursos económicos, aquela que usufrua de um rendimento igual ou inferior à Pensão Social em vigor em cada ano.

Objetivos

O Programa tem como objetivos gerais:

Ser um referencial na intervenção, combate e prevenção da situação de isolamento e proteção social aos idosos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social;

Aumentar a segurança do Idoso;
Promover a rede familiar e social;
Promover os direitos das pessoas idosas, através da realização de ações de informação e sensibilização à população em geral.

Objetivos Específicos

O Programa tem como objetivos específicos:

Disponibilizar o acesso a um kit — serviço de teleassistência — para os idosos que vivam sós e/ou isolados, ou em agregados familiares com vulnerabilidades sociais e carência económica;

Disponibilizar o acesso a uma linha telefónica de apoio aos Municípios que usufruam do Kit;

Integrar o “Braga + 65” no Gabinete de Apoio ao Idoso (Balcão Sénior);

Promover atividades socioeducativas e ações de capacitação, incluindo a Modalidade/Programa: “Boccia Sénior Braga”;

Local de Funcionamento

O programa “Braga +65” tem a sua sede nas instalações do Município de Braga, sito na Praça Conde de Agrolongo.

Promotor

É promotor do Programa “Braga +65” o Município de Braga.

Principais Ações

Serviço de Teleassistência (Kit)

Este serviço será uma resposta célere no apoio ao Idoso em situação de Emergência;

Será um serviço de atendimento permanente, 24 horas por dia, 365 dias por ano, num sistema de gestão de alarmes, permitindo a comunicação de voz bidirecional entre o utente e o(a) operador(a);

Após a receção das chamadas e a elaboração da triagem será acionado o Serviço mais adequado como resposta de auxílio, nomeadamente:

Atendimento e acompanhamento de situações de emergência;
Envio urgente de médicos e enfermeiros;
Solicitação de serviço de ambulâncias, bombeiros e polícia;
Contacto com familiares ou terceiros.

Constituição e Aquisição do Kit de Teleassistência (Terminal Fixo Simple):

O sistema de teleassistência fixo está desenhado para poder operar eficazmente numa área de até 200 m², assegurando a comunicação com o Utente independentemente da existência de paredes e/ou portas;

O Botão de alarme, pode ser utilizado no pulso (tipo relógio) ou como medalhão pendurado ao pescoço.

Uma vez ativado o dispositivo, o mesmo captura de imediato a linha de comunicação interrompendo qualquer comunicação que estivesse em curso e discando automaticamente os números de contacto do Call Center de emergência. Na eventualidade remota de a ligação não ser estabelecida na primeira tentativa, o dispositivo entra em modo de repetição até a sua chamada ser atendida.

O Kit é constituído por um equipamento de alarme residencial e um medalhão com botão de alarme integrado que está ligado à referida Central recetora de alarmes;

O pedido para receção do kit de teleassistência para os Municípios que integrem o perfil deste projeto, deverá ser feito por escrito (ficha de inscrição) e entregue no Balcão Sénior (Gabinete) do Município;

Para os municípios que correspondam à totalidade dos critérios de perfil o financiamento será 100 % (capacitação familiar igual ou inferior a 10€);

Para os municípios cujos rendimentos sejam até 2 vezes o valor do IAS, comparticipação em 50 % (capacitação familiar igual ou superior a 20€);

Para os municípios que auferam valor superior a 2 vezes o valor do IAS, não há lugar a comparticipação.

Linha telefónica de Apoio ao Idoso (Voz Amiga — serviço complementar):

Será uma linha de apoio para qualquer dúvida e/ou necessidade do Idoso designada “Voz Amiga”;

Serão rececionados por um técnico com formação, selecionado para o efeito;

O Idoso poderá expor as suas preocupações e necessidades;

Será realizado um registo por pessoa e enviado para o (Gabinete) Balcão Sénior.

Apoios complementares: Apadrinhamentos:

Utilizar a tipologia de “padrinho” ou “madrinha” para todo aquele que individualmente ou Institucionalmente venha a apoiar este projeto.

Gabinete de Apoio ao Idoso (GAPI) — Integrante no Balcão Sénior:

Estará a cargo da entidade promotora;

Este será um complemento ao Serviço de Teleassistência e apoiará os Municípios mais idosos na procura de respostas existentes no Município de Braga: Apoio Social, Educativo, entre outros;

Estará sediado nas Instalações do Município e funcionará das 9:00 h às 17:00 h (horário poderá ser alterado consoante necessidade);

O atendimento poderá ser presencial, via correio eletrónico e/ou telefónico;

Podem ser recebidos neste gabinete todos aqueles que de algum modo estejam ligados a esta população: quer os próprios ou cuidadores, Instituições, entre outros;

Realizar-se-ão ações socioeducativas de laser e de capacitação;

Pretende promover/desenvolver várias atividades e ações de informação/formação a todos interessados e também a todos os envolvidos em torno do idoso, nomeadamente: cuidadores; auxiliares de instituições, entre outros.

Este gabinete será o pilar de todo o processo de teleassistência e acompanhamento aos idosos do nosso Concelho.

Parcerias

A execução deste programa será garantida por uma ampla estrutura de apoio social, que trabalhando em rede, será constituída pelas seguintes entidades:

ACES Cávado Braga — Agrupamento de Centros de Saúde do Cávado



Bombeiros Sapadores de Braga;
Bombeiros Voluntários de Braga;
Bragahabit;
Distrital de Segurança Social de Braga;
Comissões sociais de freguesias ou Inter freguesias;
Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Braga);
Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Braga);
Guarda Nacional Republicana;
Instituições Particulares Solidariedade Social;
Juntas de Freguesia ou União de Freguesias;
Polícia Municipal de Braga;
PSP — Polícia de Segurança Pública;
Rede Social de Braga.

Entrada em vigor

O presente programa entra em vigor no dia seguinte ao da deste regulamento e tem a duração de 1 ano, podendo renovar-se automaticamente se não houver procedimento contrário.

3 de dezembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal de Braga, *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*.

310971064

MUNICÍPIO DO CADAVAL

Aviso n.º 15600/2017

José Bernardo Nunes, Presidente da Câmara Municipal do Cadaval, torna público que, em 20 de outubro de 2017, proferiu o seguinte despacho:

No uso da competência que me é conferida pelos artigos 42.º e 43.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeio para o cargo de Secretária do Gabinete de Apoio à Vereação, de acordo com o artigo n.º 11 do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, conjugado com o n.º 5 do artigo 43.º do Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Patrícia Franco da Silva Siopa, cuja remuneração corresponderá à prevista no n.º 3 do artigo 43.º do já referido diploma legal, acrescida dos abonos genericamente atribuídos para a administração pública. Os efeitos da nomeação ora indicados, produzem efeitos a partir de 20 de outubro de 2017.

20 de outubro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Bernardo Nunes*.

310979595

MUNICÍPIO DE CÂMARA DE LOBOS

Aviso n.º 15601/2017

Licença sem remuneração

Para os devidos efeitos torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizado o pedido de licença sem remuneração, à trabalhadora Luísa Maria Rodrigues de Freitas Gonçalves, com a carreira e categoria de assistente operacional, pelo período de 11 meses, com início a 01 de dezembro de 2017.

30 de novembro de 2017. — A Vereadora da Intervenção Social e Recursos Humanos, *Vanessa Abreu Azevedo*.

310973519

MUNICÍPIO DE FAFE

Aviso n.º 15602/2017

Prorrogação da Licença Sem Remuneração por mais um ano

Para os devidos efeitos, se faz público que, no exercício das competências delegadas em matéria de gestão de pessoal (previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09), por despacho da Sr.ª Vereadora dos Recursos Humanos, datado de 2017-11-28, foi concedida a prorrogação da Licença Sem Remuneração por mais um ano, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao Assistente Operacional — Manuel Silva Rodrigues, com início em 2017-11-25.

2017-11-28. — O Presidente, *Dr. Raul Cunha*.

310977537

MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES)

Aviso n.º 15603/2017

Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 2, do artigo 33.º, do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e com o disposto no n.º 2, do artigo 48.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, faz-se público que, após deliberações favoráveis dos órgãos executivo e deliberativo, datadas de 20 de maio de 2017 e 29 de junho de 2017, respetivamente, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da presente publicação, procedimentos concursais comuns visando a ocupação de 8 postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para as categorias e áreas de atividade, em conformidade com o previsto no Mapa de Pessoal do Município de Lagoa — Açores e infra melhor explanadas.

1 — Identificação dos postos de trabalho, todos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Referência A — 1 Posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (Licenciado em Biologia Ramo Ambiental e Evolução) para a Unidade Orgânica Gestão Urbana e de Infraestruturas.

Referência B — 1 Posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico para o Gabinete de Comunicação e Relações Públicas.

Referência C — 5 Posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional para a Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos, sendo:

C1 — 1 assistente operacional — assegurar a receção no edifício do Parque Municipal de Máquinas;

C2 — 1 Assistente Operacional — pedreiro;

C3 — 1 assistente operacional — coveiro;

C4 — 1 assistente operacional — pintor;

C5 — 1 assistente operacional — auxiliar serviços Gerais.

Referência D — 1 Posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional para a SuO Educação e Cultura.

2 — Âmbito e prioridade de recrutamento, atenta a natureza constante e duradoura das funções a desempenhar, o recrutamento dos trabalhadores necessários para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar será feito por tempo indeterminado.

Numa primeira fase, o recrutamento será feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Contudo, atenta a necessidade premente da ocupação destes postos de trabalho e considerando a existência de potenciais candidatos, sem vínculo de emprego público mas que reúnem os requisitos especiais e habilitacionais de candidatura ao procedimento bem como eventual conhecimento e experiência pessoal/profissional das funções a desempenhar, excecionalmente e porque devidamente fundamentado, em caso de impossibilidade de ocupação dos mesmos por quem seja detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, dá-se início ao procedimento concursal dos candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado e a termo e sem vínculo de emprego público.

3 — O local de trabalho onde as funções vão ser exercidas, será na área do Município de Lagoa — Açores, na sede social da Câmara Municipal de Lagoa, sita no Largo D. João III, 9560-045, Santa Cruz, Lagoa, sem prejuízo do trabalhador a recrutar poder ser transferido, se tal houver necessidade, para qualquer outro local de trabalho, na área do Município de Lagoa, que a Câmara Municipal venha a indicar.

4 — Caracterização dos postos de trabalho:

4.1 — Desempenho de funções no âmbito do conteúdo funcional fixado em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, referido no n.º 2 artigo 88.º da mesma lei, de grau de complexidade funcional 3:

Referência A — Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão, elaborem, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumental e operativas dos órgãos e serviços, funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores. Dará apoio, dinamizando e acompanhando campanhas de sensibilização e educação ambiental, bem como medidas e ações de monitorização, controle, gestão e proteção ambiental, nomeadamente no âmbito dos resíduos sólidos, indicadores ambientais, espaços verdes e recursos hídricos; Realiza Ações de Sensibilização junto da comunidade em geral e principalmente na comunidade escolar, sobre os vários temas

